

A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PUBLICADOS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: NARRATIVAS EM CONTEXTOS DE ABERTURA POLÍTICA

THE BRAZILIAN CIVILIAN-MILITARY DICTATORSHIP IN HISTORY TEXTBOOKS PUBLISHED IN THE 1980S AND 1990S: NARRATIVES IN POLITICAL OPENING CONTEXTS

LA DICTADURA CÍVIL-MILITAR BRASILEÑA (1964-1985) EN LOS LIBROS DE TEXTO DE HISTORIA PUBLICADOS EN LAS DÉCADAS DE 1980 Y 1990: NARRATIVAS EN CONTEXTOS DE APERTURA POLÍTICA

Waleska Cozac¹

Luiz Antonio Gomes Pinto²

Resumo: Este artigo focaliza narrativas sobre a ditadura militar brasileira, em livros didáticos utilizados nas escolas de Ensino Médio do Espírito Santo nas décadas de 1990 e 2000. Considerando-se o movimento de transição democrática iniciado ao final da ditadura civil-militar (1964-1985), objetiva identificar e analisar de que modo o processo de abertura política refletiu na composição e apresentação dessas narrativas aos estudantes de ensino médio, especialmente no que se refere aos conteúdos propostos, às abordagens teórico-metodológicas e às compreensões sociopolíticas – subjacentes às escolhas e ao tratamento dos temas selecionados. Para tanto, foram selecionados três livros (Florival Caceres, *História do Brasil*, 1993; José Jobson de Arruda e Nelson Piletti, *Toda a História: História Geral e do Brasil*, 1999; e Patrícia Braick e Miryam Mota, *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, 2002). Para responder às questões levantadas, nos utilizamos do método indiciário e do jogo de escalas para compreender as fontes em seus contextos de produção. Percebemos que as obras comportam narrativas que analisam criticamente o período ditatorial, mas não explicitam a presença de nenhum paradigma teórico-metodológico.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; História; Livro Didático de História; Narrativas.

Abstract: This article focuses on narratives about the Brazilian military dictatorship, in textbooks used in high schools in Espírito Santo in the 1990s and 2000s. Considering the democratic transition movement initiated at the end of the civilian-military regime (1964-1985), it aims to identify and analyze how the process of political openness reflected in the composition and presentation of these narratives to high school students, especially with regard to the proposed contents, theoretical-methodological approaches and sociopolitical understandings – underlying the choices and treatment of the selected themes –. For this purpose, three books were selected (Florival Caceres, *História do Brasil*, 1993; José Jobson De Arruda and Nelson Piletti, *Toda a História: História Geral e do Brasil*, 1999; and, Patrícia Braick and Miryam Mota, *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, 2002). To answer the questions raised, we used the indicia method and the game of scales to understand the sources in their production contexts. We noticed that the works contain narratives that critically analyze the dictatorial period. Without, however, making explicit the presence of some theoretical-methodological paradigm.

Keywords: Civilian-Military Dictatorship; History; History Textbook; Narratives.

Resumen: Este artículo enfoca narrativas sobre la dictadura militar brasileña, en libros didácticos utilizados en las escuelas de enseñanza media de Espírito Santo en las décadas de 1990 y 2000. Considerando el movimiento de transición democrática iniciado al final del régimen civil-militar (1964-1985), objetiva identificar y analizar de qué modo el proceso de apertura política reflejó en la composición y presentación de esas narrativas a los estudiantes de enseñanza media, especialmente en lo que se refiere a los contenidos propuestos, a los abordajes teórico-metodológicos y a las comprensiones sociopolíticas – subyacentes a las elecciones y al tratamiento de los temas seleccionados –. Para ello, se seleccionaron tres libros (Florival Cáceres, *História do Brasil*, 1993; José Jobson de Arruda y Nelson Piletti, *Toda a História: História Geral e do Brasil*, 1999; y, Patricia Braick y Miryam Mota, *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, 2002). Para responder a las cuestiones planteadas, utilizamos el método indiciario y el juego de escalas para comprender las fuentes en sus contextos de producción. Percibimos que las obras comportan narrativas que analizan críticamente el período dictatorial. Sin embargo, sin explicitar la presencia de algún paradigma teórico-metodológico.

Palabras clave: Dictadura Cívico-Militar; Historia; Libro de texto de Historia; Narrativas.

Introdução

Ao analisar livros didáticos de História, do ensino médio, adotados por escolas públicas capixabas, deve-se fazer algumas considerações sobre o objeto e os contextos de desenvolvimento de pesquisas relacionados ao tema. A primeira dessas considerações é a periodização, ou seja, dividir em dois momentos, as décadas de 1970 e 1980 e pós-1980, quando a introdução do PNLD, em 1985, reorientou a elaboração dos materiais didáticos incorporando as mudanças políticas em curso, isto é, o processo de (re)democratização. Na primeira “fase”, as pesquisas se voltavam para os aspectos ideológicos que envolviam a elaboração e produção dos livros didáticos.

Munakata (2012) aponta que houve uma mudança no panorama das pesquisas didáticas, no Brasil, a partir da tese defendida por Circe Maria Bittencourt (1993) e também com a introdução de novas abordagens teórico-metodológicas que buscavam compreender os processos de produção, elaboração, redação, editoração, mercado editorial relacionados ao livro didático³. Choppin (2004), verifica os mesmos fenômenos em escala mais ampla, ou seja, associados às transformações acadêmicas e políticas em diferentes países. Isto significa que o livro didático foi pensado como um espaço atravessado por diversos aspectos e que, como se observa nos livros analisados nesse artigo, apontam para abordagens mais críticas e, conseqüentemente, menos meramente descritivas do período ditatorial. Assim, aproxima-se da proposta apresentada por Rüsen (2006) sobre o compromisso do ensino de história no processo de construção de uma consciência histórica⁴. Assim, o que se observa nessa “guinada” histórica é a perspectiva de promover um ajuste de contas com o passado, ou seja, lançar um olhar mais crítico e buscar as raízes desse movimento, o que não significa um resgate do “mito das origens”, criticado por Bloch (2001), mas compreender a ditadura civil-militar enquanto acontecimento histórico.

Munakata (2012) afirma que a produção dos livros didáticos pode, ao mesmo tempo, incorporar as diretrizes curriculares e serem influenciados pelas demandas mercadológicas. Sobre o livro didático e as pesquisas desenvolvidas:

[...] para Chervel (1990), a própria disciplina constitui a sua metodologia. Além disso, uma disciplina escolar é indissociável das finalidades do ensino escolar, sem o que não teria razão de ser. Para cumprir essas finalidades, uma disciplina compõe-se, além dos conteúdos, dos exercícios e das provas. Cabe, então, examinar como se selecionam e se organizam os conteúdos em cada momento da configuração de uma disciplina; como tal configuração implica uma metodologia; que modalidades de exercícios são propostas; e o que visam a aferir as provas e as avaliações. O livro didático é uma fonte privilegiada dessas indagações, na medida em que contém, por extenso, os conteúdos de cada disciplina e, eventualmente, as atividades e os exercícios (Munakata, 2012, p. 190).

ARTIGO

Isto aponta a inserção do livro didático no contexto de produção, como também apresenta possibilidades de escapar ao controle mais estrito das autoridades educacionais. Em relação a este ponto, podemos inferir que os conteúdos que constam nos livros didáticos dependem, em boa medida, daqueles que os trabalharão em sala de aula, e a receptividade dos estudantes. Neste ponto, Munakata afirma: “A noção de materialidade, em suma, remete à materialidade das relações sociais em que os livros (inclusive didáticos) estão implicados” (Munakata, 2012, p. 184). Essa materialidade transparece nos três livros didáticos analisados nessa pesquisa, pois as narrativas sobre o período ditatorial procuram cultivar nos estudantes uma maior criticidade em relação àquele momento histórico. A materialidade dos livros didáticos e como isso está relacionada às relações sociais contribuiu para a elaboração de pesquisas que pautaram o livro didático como instrumento de inculcação ideológica e em favor do grupo dominante. Esse cenário é assim descrito por Bittencourt:

Nos anos de 1980 e início de 1990, as análises sobre as produções didáticas de História recaíam, majoritariamente, nas denúncias do caráter ideológico de que era revestido o conjunto da literatura escolar. Em uma primeira fase das análises, [...] a identificação de uma falsa ideologia – a burguesa – que se impunha nos meios de comunicação, das formas mais variáveis, dentre eles a produção didática. [...] A denúncia do caráter ideológico das obras escolares de História se explicitava pela presença permanente de determinados personagens e, sobretudo, pelas ausências de grupos sociais no momento em que se ampliavam estudos da história social, acentuando-se ainda as *pressões dos movimentos sociais* que atuavam no cenário político do final dos anos de 1970 e início da década de 1980 (Bittencourt, 2011, p. 495-496).

Assim, na leitura dos livros analisados, percebemos que os autores enfatizaram o protagonismo dos movimentos sociais e de grupos não organizados da sociedade. Esse dado ganha relevância quando vemos as datas de publicação dos livros didáticos: 1993, 1999, 2002. Ao traçar uma historicidade em cada uma dessas datas, nos chamou a atenção os acontecimentos históricos e as eventuais mudanças teórico-metodológicas. Mas também confirma o que percebemos nas narrativas dos livros didáticos. Assim:

A concepção de livro didático de Ferro como um dos veículos mais significativos de criação e comunicação de uma *memória histórica* embasou e ainda fundamenta muitas das investigações centradas nos conteúdos históricos entre os pesquisadores nacionais (Bittencourt, 2011, p. 498, grifo nosso).

Sobre a constituição de uma memória histórica, Bittencourt (2011, p. 499) cita uma crítica de Henri Moniot, que compreende essa tentativa de construção somente

como um sustentáculo da ideologia dominante. Porém, uma memória histórica⁵, não necessariamente, responde somente aos interesses do grupo no poder. Ela pode ser tomada simplesmente como uma reflexão sobre o passado e nesse sentido, o modo como a ditadura militar é trabalhada nos livros didáticos analisados.

Os Livros Didáticos de História e as narrativas sobre a Ditadura Militar

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-UFES) e focaliza as narrativas sobre a ditadura militar brasileira, encontradas em Livros Didáticos de História utilizados nas escolas de Ensino Médio do Espírito Santo nas décadas de 1990 e 2000. Em relação à escolha dos livros didáticos, nossa opção seguiu dois caminhos. O primeiro deles, o uso no ensino médio, visto que nessa fase escolar os estudantes estão começando a tomar contato com abordagens mais complexas dos temas históricos, o que significa um aprofundamento dos conteúdos ministrados em sala de aula, além de representar a fase imediatamente anterior ao ingresso no ensino superior. O segundo caminho, os anos de publicação dos livros (Cáceres, 1993; Arruda; Piletti, 1999; Braick; Mota, 2002), ou seja, antes e depois da aprovação da LDB 9.394/1996 e na consolidação da democracia, e mudanças no referencial teórico-metodológico, com a presença mais expressiva da historiografia francesa dos *Annales* e a utilização de novos conceitos como, por exemplo, *representações* e *mentalidades*⁶.

Dessa maneira, as referências teórico-metodológicas são determinantes para compreender a estrutura narrativa. Porém, essas referências não aparecem explicitamente nos textos. Somente algumas categorias e conceitos são citados e não operacionalizados nos textos. Neste sentido, o método indiciário (Ginzburg, 2012; Levi, 2000, 2020) é uma ferramenta para perceber eventuais fissuras existentes nas superfícies aparentemente homogêneas e niveladas das fontes. Para a compreensão dos contextos de produção do livro didático, empregamos o *jogo de escalas*, que estabelece um múltiplo movimento de aproximação e distanciamento em relação ao objeto para tentar capturá-lo em suas diferentes dimensões (Revel, 2010). Assim, os autores selecionados, Florival Cáceres (1993); José Jobson Arruda⁷ e Nelson Piletti⁸ (1999) e Patrícia Braick⁹ e Myriam Mota¹⁰ (2002), traduzem as mudanças no campo da historiografia, principalmente no que concerne ao período abordado neste estudo.

O tema ditadura militar foi considerado um tabu durante muito tempo, principalmente no período imediatamente posterior à (re)democratização. Esse momento deve ser considerado como uma *transição política* e não como *ruptura política*, ou seja, o processo resultou de um acordo entre militares e civis, temerosos com o que consideravam como possível tentativa de revanche com o objetivo de identificar os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos de opositores do regime.

ARTIGO

O período autoritário que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 recebeu diferentes denominações, sempre refletindo a atmosfera política vigente. Enquanto houve um maior controle estatal na elaboração e circulação de livros didáticos, o regime era denominado de *Revolução*. Esse conceito, embora remeta à situações de ruptura política, é aplicado no sentido de um movimento de retorno às origens, ou seja, o governo Goulart (1961-1964) estaria conduzindo o Brasil em direção ao comunismo – nos discursos dos militares e seus aliados civis – e a intervenção dos militares teve por objetivo retomar a “rota original”, tanto que o argumento utilizado foi a “defesa da democracia”, conceito sempre acompanhado, no pensamento conservador, da palavra “ordem”, ou na definição de Florestan Fernandes como “democracia restrita” (Fernandes, 1980, p. 77).

Com a distensão política e o processo de abertura, no final do governo Geisel (1974-1979) e durante o governo Figueiredo (1979-1985), o principal objetivo dos atores políticos foi evitar a ruptura na ordem e garantir a transição política como definiu Geisel: *lenta, gradual e segura*. Esse momento da história é explorado nos três livros a partir da ideia de ampla participação dos movimentos sociais. Entretanto, o regime, apesar de enfraquecido pela crise iniciada em 1974, estabeleceu as regras da transição política a partir do diálogo com a oposição moderada e com os setores da sociedade interessados no processo de abertura política. Com a mudança de regime, em 1985, o novo governo tomou o cuidado de elaborar uma narrativa que o distanciaria do período anterior, empregando o termo “Nova República”, ou seja, o recurso de classificar o passado como algo ultrapassado e que precisava ser relativizado. Para reforçar o distanciamento entre o novo governo e o anterior e não abrir espaços para questionamentos quanto à participação dos civis na preparação do golpe e participação no governo, o período era simplesmente denominado como “regime” ou “ditadura” militar. A partir dessa observação, as fontes analisadas neste artigo utilizam o termo *ditadura militar* para designar o período, seguindo a narrativa adotada pelas forças políticas civis a partir de 1985. No livro de Braick e Mota (2002), a ação que derrubou o governo João Goulart é denominada de *golpe militar*, ou seja, não há uma referência à participação dos civis no golpe, embora a historiografia registre uma significativa cooperação dos setores empresariais e outros da sociedade civil na organização do golpe (Dreifuss, 1987).

Nota-se, nos três livros didáticos, a ênfase dada aos movimentos sociais. O espaço de uma década, entre a publicação do livro de Cáceres (1993) e o livro de Braick e Mota (2002), aponta para um contexto de mudanças sociais e políticas, mas com o protagonismo defendido pelos autores. No livro de Cáceres, a influência dos movimentos sociais nas ações que levaram ao *impeachment* de Fernando Collor (1990-1992), contribuiu para que o autor deslocasse a participação nas manifestações contra o presidente da República para o processo de (re)democratização do país. Dessa maneira, afirmamos que a opção do autor é de ordem política, ou seja, ao indicar

o protagonismo dos movimentos sociais na narrativa, a intenção é apresentar aos estudantes que demonstrações de massa têm o poder de alcançar objetivos políticos.

O livro de Braick e Mota, acrescenta ainda o papel da resistência de intelectuais e artistas às políticas repressivas do regime. Neste sentido, a narrativa não assume a dimensão política presente no livro de Cáceres, visto que o contexto de produção, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, já se apresenta como mais estável em termos políticos. Assim, na leitura do texto, nota-se o avanço das teorias pós-críticas e da História Cultural (Burke, 2005).

No intervalo entre os dois livros, *Toda a História: História Geral e História do Brasil*, de José Jobson Arruda e Nelson Piletti (1999), estrutura a narrativa a partir de referências marxistas ou indicar a *teoria da dependência* sem, no entanto, aplicar seus pressupostos teórico-metodológicos.¹¹ E como isso ocorre? Os autores apontam para o contexto favorável ao governo brasileiro para contrair empréstimos externos para a expansão das atividades econômicas, no bojo do milagre econômico brasileiro. Porém, essa política ampliou a dependência do Brasil em relação às economias capitalistas, ampliando a definição de “periferia do capitalismo” (Arruda; Piletti, 1999, p. 435).

Promovendo uma breve descrição dos momentos, podemos apontar para os acontecimentos que representaram um teste para as instituições democráticas, em momento de consolidação, com o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992. Em 1999, o cenário acadêmico era caracterizado por mudanças teórico-metodológicas. No ano de 2002, o cenário político acenava para a consolidação das instituições democráticas e de maior participação dos movimentos sociais nos processos decisórios. Isso se refletiu na predominância dos estudos culturais nas universidades e também como reflexo das prescrições derivadas da LDB 9.394/1996, que definiu os rumos de uma educação básica mais afinada com o novo contexto de democratização da sociedade.

Na sequência, o artigo segue uma ordem cronológica, obedecendo os anos de publicação dos livros, visto que fornece um panorama das mudanças políticas ocorridas no intervalo de uma década, como também aponta para as mudanças no campo da teoria e da metodologia nas pesquisas históricas. Em relação ao período analisado, os 21 anos de ditadura civil-militar, também optamos por seguir a cronologia. O período é marcado por fases, e estas guardam características que são exploradas numa mesma linha pelos livros didáticos. Além disso, na estrutura narrativa dos livros didáticos, e que seguimos no artigo, a linearidade permite um entendimento sobre os avanços e recuos do regime, desde o golpe até o processo de (re)democratização. No reforço da análise dos livros, alguns entrecruzamentos foram feitos com obras de referência sobre o período.

A abordagem aos Livros Didáticos de História

O primeiro livro didático analisado foi *História do Brasil*, publicado pela Editora Moderna, em 1993, escrito por Florival Cáceres¹². Em termos gráficos, o livro apresenta poucas imagens e alguns mapas. A característica mais evidente é a estrutura da narrativa, que explicita o posicionamento político do autor, contrário à ditadura. No livro o tema é tratado nos capítulos: 39 – *Os militares no poder* (p. 324-327); 40 – *A montagem do Estado autoritário* (p. 328-336); 41 – *O auge do autoritarismo* (p. 337-343); e, 42 – *A distensão lenta e gradual do regime e a abertura política* (p. 344-358).

No contexto do golpe de Estado, o discurso da ameaça comunista era a resposta dos setores conservadores às agitações das massas e dos sindicatos. A década de 1960 reforçava os argumentos utilizados por militares, empresários e Igreja, visto que a Guerra do Vietnã (1955-1975), a Revolução Cubana (1959) e os movimentos sociais pressionavam por mudanças estruturais em diferentes sociedades. Este ponto é explorado na referida obra para explicar o golpe e o pós-golpe. Assim:

No Nordeste a repressão foi extremamente severa. Ali, as forças nacionalistas e de esquerda estavam mais bem organizadas. [...] Centenas de militantes foram torturados com choques elétricos, “cadeiras do dragão”, “telefones” e outras “técnicas” do regime. [...] Alguns líderes sindicais e de esquerda foram mortos (Cáceres, 1993, p. 330, grifo nosso)¹³.

A passagem acima revela dois elementos essenciais na narrativa apresentada pelo autor. O primeiro é a distinção entre os grupos políticos no momento do golpe. A utilização do termo “nacionalistas” indica o objetivo do autor em classificar os golpistas como integrantes de setores que visavam seus interesses em detrimento dos interesses do país. O segundo é o destaque dado ao cenário de sistemática negação dos direitos civis e políticos, ou seja, embora a alegação, com a derrubada do governo Goulart, fosse a defesa da democracia, as ações que se seguiram ao golpe tomaram caminho bem distinto.

Ao estabelecer uma sequência cronológica dos eventos, Cáceres propõe a contraposição entre os períodos (ditadura e democracia), o aprofundamento do regime ditatorial com a implementação do Ato Institucional Nº5 e os esforços, nos anos finais da ditadura, de mobilização da sociedade em torno do tema *democratização*. Assim, o texto não se ocupa somente da transmissão dos acontecimentos históricos aos estudantes, mas procurou promover aquilo que foi denominado de *memória coletiva da sociedade* (Ferro *apud* Bittencourt, 2008; Rüsen, 2006). Dessa forma, no capítulo 41 – *O auge do autoritarismo* (p. 337-343), o autor aponta para o recrudescimento da repressão, a partir da decretação do AI-5.

Os órgãos de repressão acreditavam que o Brasil *estava em guerra*, e numa



guerra a agilidade de informações é vital para se derrotar o *inimigo*. Nada de investigações demoradas, que poderiam dar chance ao inimigo levar à frente seus planos. Para se obterem informações rapidamente, quaisquer métodos, mesmo os *moralmente condenáveis*, eram válidos. As *torturas* físicas e psicológicas, a vigilância, incômodos e *ameaças* às famílias e amigos dos suspeitos eram métodos rotineiros utilizados pelos órgãos de repressão política (Cáceres, 1993, p. 339, grifo nosso).

Na passagem, observamos que o texto avança numa crítica direta ao período, não se limitando à transmissão dos fatos. A utilização de termos (em destaque) tinha por objetivo fazer com que os estudantes não apenas tivessem uma compreensão sobre o período, mas elaborassem uma percepção crítica acerca do período, historicamente ainda era bastante recente e propondo aproximações com os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992), que implementaram políticas de controle inflacionário prejudiciais à sociedade. Neste sentido, destaca, também, as medidas econômicas do governo Castelo Branco (1964-1967) e que implicou em perdas para a classe operária. O *Plano de Ação Econômica do Governo* (PAEG), implementado com o objetivo de combater a inflação, abre caminho para a política de arrocho salarial, uma vez que as

[...] causas da inflação foram identificadas como sendo o déficit público do governo, o excesso de créditos para o setor privado e os *constantemente aumentos de salário* (Cáceres, 1993, p. 329, grifo nosso).

Ao detalhar as características econômicas do período e os mecanismos empregados para a resolução dos problemas mais imediatos, Cáceres mais uma vez aposta na proximidade das realidades históricas. O Brasil no início da década de 1990 ainda refletia os problemas econômicos iniciados com a crise do milagre econômico brasileiro – estagnação econômica e inflação – e que teriam nos governos Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992) picos inflacionários cujo efeito nos salários foi devastador¹⁴.

Sobre outro mecanismo de controle da classe trabalhadora, Cáceres cita a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS, segundo Vera Lúcia Ferrante (1978, p. 305-315), agiria como um “agente da repressão”:

Os trabalhadores perderam o direito de estabilidade após dez anos no emprego, substituído pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os salários passaram a ser reajustados só uma vez por ano, em níveis inferiores ao aumento da inflação (Cáceres, 1993, p. 329).

Dentre as ações econômicas do governo ditatorial, ressalta-se o chamado *Milagre*





Econômico Brasileiro, iniciado no governo de Costa e Silva (1967-1969). Trata-se de um momento de grande crescimento econômico, decorrente da industrialização e de investimentos em grandes obras de infraestrutura, financiados por recursos externos, possibilitados pela oferta de dinheiro no mercado internacional a juros baixos, no contexto da “era de ouro do capitalismo” (Hobsbawm, 1995, p. 253-281).

De fato, a crise internacional do petróleo, *embora sem constituir a causa fundamental*, contribuiu para acelerar a crise do modelo econômico brasileiro. A partir de 1973, houve um aumento vertiginoso do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que chegou a subir 400%. O *desenvolvimento* brasileiro tinha como carro-chefe a indústria automobilística, que era movida pelo petróleo, na maior parte importado. [...] O Estado brasileiro era um grande tomador de empréstimos externos. [...] A recessão mundial também provocou uma queda das exportações brasileiras.

Aumento dos juros internacionais, aumento das importações, diminuição das exportações e diminuição da entrada de capitais estrangeiros levaram o Estado brasileiro à falência (Cáceres, 1993, p. 346, grifo nosso).

Na elaboração do texto, percebemos um nível de *sofisticação* que não é comum em livros didáticos, mesmo os mais recentes. Cáceres parece intentar fornecer ao estudante argumentos para eventuais debates. Entretanto, explorar esses temas, com tal profundidade, e criar as condições para o debate devem levar em consideração a disposição e preparação dos docentes para conduzir a discussão.

Sobre o cenário econômico descrito por Cáceres, podemos estabelecer nexos explicativos. Em 1973, a crise mundial do petróleo contribuiu para a dissolução do “milagre da economia”, impossibilitando justificar o binômio *segurança–crescimento econômico*. Naquele momento, cabia aos militares e aos seus aliados civis planejar a transição política. No contexto descrito, o governo Geisel (1974-1979) enfrentou dois problemas simultâneos: a crise econômica e o descontrole do aparato repressivo, estampado nas mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

Em outubro de 1978, o presidente Geisel revogou o Ato Institucional nº5, *coroando seu projeto de distensão lenta e gradual do regime*, um processo que teve continuidade no governo Figueiredo com o nome de *abertura política*. Iniciava-se o processo de desmontagem do Estado militar autoritário. A abertura imaginada pelos geiselianos era totalmente controlada pelo poder central e avessa a mobilizações e manifestações populares.

Embora não se negue a importância de Geisel e sua tecnocracia estatal, militar e civil no processo de abertura política, não se podem esquecer as *pressões* exercidas pelos órgãos da sociedade civil. A atuação da Igreja, da



ARTIGO

Ordem dos Advogados do Brasil, do *novo sindicalismo independente*, dos órgãos da imprensa, de setores do empresariado, do *movimento estudantil*, e mesmo as pressões do *governo Jimmy Carter*, dos Estados Unidos, foram muito importantes para a conquista dos direitos democráticos (Cáceres, 1993, p. 349-350, grifo nosso).

Nesta narrativa, destaca-se a inclusão dos movimentos sindicais e estudantis, dentre outros setores da sociedade civil envolvidos nas manifestações contra o regime, que alcançaram o seu auge na campanha pelas *Diretas Já!* A essa campanha aderiram o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), o *Partido dos Trabalhadores* (PT), e o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT). Apesar da sua grande repercussão, o autor registra:

“A TV Globo, que havia crescido e enriquecido à sombra dos governos militares, ignorou essa grande campanha popular. Os manifestantes gritavam: “o povo não é bobó, abaixo a Rede Globo”. No final dos comícios era cantado o Hino Nacional” (Cáceres, 1993, p. 356).

Sobre o cenário de transição política, o que houve foi um acordo entre os setores mais moderados da oposição e o governo. Em entrevista concedida aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, Geisel afirmou que a oposição mais “radical” atrapalhou o processo de abertura política, por fazer uma pressão além do necessário (D’Araújo; Castro, 2021, p. 420). Essa posição de Geisel parece encontrar eco na análise feita por Luciano Martins (1988), que indica um processo de transição política controlada, a todo tempo, pelos militares e aliados civis. Samuel Huntington (1975) afirma que as mudanças políticas, como a que levou ao processo de abertura no Brasil e à transição democrática, resultaram de “ações palacianas”, que evitaram um processo de ruptura (Huntington, 1975, p. 370). O desfecho dessa transição foi a eleição, via Colégio Eleitoral, da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Essas observações se opõem à ideia de protagonismo dos movimentos sociais apresentada por Cáceres, cuja narrativa aponta as condições para que a transição política não oferecesse riscos à ordem social:

Os partidos de oposição [à exceção do PT] perceberam que, se lançassem um candidato, teriam chances de vitória no Colégio Eleitoral. O escolhido foi o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, *político moderado* do PMDB. A moderação tornava Tancredo *aceitável para um amplo leque de posições políticas*, que ia de centro-direita a *centro-esquerda*. Os militares moderados também o aceitavam, *porque ele era contrário à investigação dos casos de desaparecimento político e aos julgamentos dos acusados de tortura*. [...] O presidente eleito tornou-se o *novo Messias* para os deserdados da ditadura militar. Seu carisma foi reforçado pelos meios de

comunicação, que haviam aderido à candidatura para impedir a vitória de [Paulo] Maluf, considerado representante do que havia de mais retrógrado o autoritarismo militar (Cáceres, 1993, p. 357, grifo nosso).

Nessa passagem, Cáceres aposta mais uma vez na perspectiva da crítica para informar aos estudantes o processo de abertura política e (re)democratização no Brasil. Os termos utilizados apontam justamente nessa direção, numa tendência que difere das narrativas utilizadas até então, nas quais o processo aparece como uma vitória dos partidos políticos engajados numa luta iniciada ainda em meados da década de 1970, que teria na distensão política, abertura política, revogação do AI-5 e na anistia, a sequência de capítulos que culminaram na Constituição de 1988.

A obra *Toda a História: História Geral e História do Brasil*, de José Jobson Arruda e Nelson Piletti (1999), foi concebido no âmbito da LDB 9.394/1996, que promoveu mudanças na educação básica, com o objetivo de adequar a educação brasileira ao novo contexto de democracia¹⁵. Uma discussão presente no período, e que mobilizou os cursos de formação de professores, foi a perspectiva de ampliar o nível de criticidade dos estudantes na educação básica. Para isso, temas que na historiografia positivista eram vistos a partir de uma simples descrição dos eventos (Reis, 1996, p. 11-25), passariam a ser abordados a partir de um processo de *desnaturalização*. Nesse sentido, houve mudanças na abordagem com a inclusão de novos atores históricos, na mesma medida em que os acontecimentos seriam incluídos nas obras didáticas a partir das pesquisas históricas desenvolvidas nas universidades¹⁶.

Arruda e Piletti (1999), no capítulo 99 – *O Brasil sob a ditadura militar* (p. 431-436) os Atos Institucionais são abordados como instrumentos de repressão política suprimindo as liberdades políticas e individuais. Todavia, apesar dos autores utilizarem o termo “promulgados” (Arruda; Piletti, p. 431), a legislação que institucionalizou a repressão político-policia não passou por debates e votações antes da sua vigência, tendo em vista o rompimento da ordem democrática pelo governo militar.

No campo da educação, o texto menciona a assinatura dos *Acordos MEC-USAID*, cujo objetivo era promover a despolitização e a tecnicização das universidades públicas (Arruda; Piletti, 1999, p. 432). Esse projeto, voltado para a instrumentalização do ensino, seria reforçado pela Lei 5.692/1971, que mudava as diretrizes da educação básica brasileira, adequando-a à ideologia do Estado ditatorial. Neste ponto, o texto aproveita para indicar aos estudantes a intenção do governo em ampliar o controle sobre os conteúdos ministrados nas universidades e como esse controle também seria exercido na educação básica. Assim, é provável que a ideia fosse aproximar o debate sobre educação e democracia do ambiente da sala de aula (Schmidt, 2012, p. 87).

Com relação ao “*Milagre Econômico Brasileiro*”, destaca-se o contexto favorável

ARTIGO

para a tomada de empréstimos externos e a associação do desenvolvimento econômico à segurança nacional.

No final da década de 1960, os bancos norte-americanos, europeus e japoneses dispunham de muito dinheiro, que passaram a emprestar a juros relativamente baixos ao Brasil e a outros países em desenvolvimento. [...] Ao mesmo tempo, o governo concedeu facilidades às empresas exportadoras, como incentivos fiscais (redução de impostos) e sucessivas desvalorizações da moeda em relação ao dólar. Com isso, o Brasil passou a exportar grande variedade de produtos. [...] Ao mesmo tempo, predominava entre os militares a opinião de que o Estado deveria preservar para si, como medida de segurança nacional, o controle dos setores vitais da economia (Arruda; Piletti, 1999, p. 435).

A abordagem da situação econômica brasileira em tempos de milagre econômico, segue o caminho já utilizado no livro de Cáceres, isto é, com aprofundamento analítico que evidencia uma preocupação em aproximar os estudantes das temáticas econômicas, principalmente pelo fato do país experimentar a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real (1994). Isto é, intuímos que os autores tenham aberto a possibilidade para o debate em sala de aula na perspectiva de comparar os dois contextos econômicos, além de estabelecer uma linha do tempo entre milagre econômico brasileiro e sua crise, as crises econômicas da década de 1980, com seus planos econômicos e a explosão inflacionária do início da década de 1990. Em seguida, os autores contextualizam a crise do *milagre econômico*, que afetaria o projeto de permanência dos militares no poder.

Iniciado no final da década de 1960, o *milagre econômico* enfrentou sua primeira grande dificuldade no final de 1973. Naquele ano, em consequência da guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses, os grandes exportadores árabes de petróleo do Oriente Médio elevaram abruptamente o preço do produto. Os principais importadores – Estados Unidos, países da Europa e Japão – foram os mais atingidos. [...] O Brasil foi afetado pela crise em dois sentidos: diretamente, tendo de pagar mais pelo petróleo importado; *indiretamente, sofrendo as consequências da retração do comércio internacional* (Arruda; Piletti, 1999, p. 436, grifo nosso).

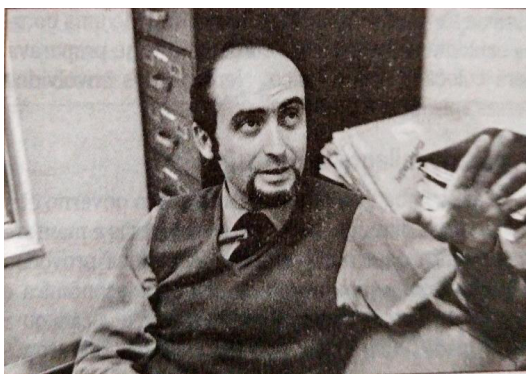
Ao contextualizar a crise, Arruda e Piletti (1999) procuraram demonstrar como os problemas externos afetam as questões internas, além de incitar o debate em torno das fragilidades do modelo econômico dos governos militares que ampliaram as desigualdades sociais. No último ponto da citação (em destaque) a indicação que a economia brasileira ainda era muito dependente das exportações de matérias primas e que o arrocho salarial imposto a partir do PAEG (*Plano de Ação Estratégica do*

Governo), reduziu ainda mais o mercado consumidor interno.

Sobre a crise do milagre econômico e o papel desempenhado por ela no processo que culminou, não aparecem no livro. A legitimidade da repressão política se apoiava no crescimento econômico, que atendia aos interesses materiais da classe média (acesso a bens de consumo e financiamentos de imóveis pelo *Banco Nacional de Habitação* – BNH). Em relação aos fatores que levaram à transição política, a abordagem do período feita por Arruda e Piletti (1999) encontra-se no capítulo 100 – *Os militares fora do poder* (p. 437-438). Assim, os assassinatos de Vladimir Herzog (1975) e Manoel Fiel Filho (1976), nas dependências do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), junto ao renascimento do movimento operário no ABC paulista, e o crescimento da oposição, a partir do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), aparecem como os acontecimentos que pressionaram os militares para promover a distensão política do regime. Dessa maneira, houve a opção em explorar a conjuntura externa favorável ao milagre econômico, por outro lado, os autores negligenciaram a crise do modelo como fator decisivo para a transição.

O capítulo 100 – *Os militares fora do poder* (Arruda; Piletti, 1999, p. 437-439), aborda os dois últimos governos militares, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985). A frase de Geisel, reproduzida pelos autores, deu o tom do processo de transição política: “distensão lenta, segura e gradual” (Arruda; Piletti, 1999, p. 437). A primeira grande manifestação contra o regime, o culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog (figura 1), é mencionada na legenda da fotografia do jornalista assassinado:

Figura 1 – Vladimir Herzog



Fonte: Arruda e Piletti (1999, p. 437).

A respeito do governo Figueiredo, os autores enfatizam a crise econômica, sob o signo da recessão (a inflação chegaria a mais de 100% ao ano em 1983), e a moratória decretada pela impossibilidade do pagamento da dívida externa, que aumentou as

incertezas internacionais em relação ao país. Internamente, os trabalhadores, e agora a classe média, foram ainda mais afetados pela política de arrocho salarial. Dentre os acontecimentos que se seguiram, destacam-se o início do processo de distensão política, a revogação do AI-5 (1978), e a Anistia (1979). Naquele momento, movimentos sociais ganharam força, como indica o texto *in box* sobre o renascimento do movimento operário.

O movimento operário domina a cena: No mês de abril de 1980, intensificou-se o movimento sindical no ABC paulista: mais de 300 mil metalúrgicos mantiveram-se em greve por 41 dias. Em meio a choques com a polícia e centenas de demissões, Luís Inácio da Silva, o Lula, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, e mais onze dirigentes sindicais foram presos e enquadrados na *Lei de Segurança Nacional*. [...] A partir de sua participação na luta sindical, Lula acabou se tornando o primeiro operário a fundar um partido político de massa, o Partido dos Trabalhadores (PT). Graças a essa mobilização, reforçada por outros movimentos da sociedade civil, a abertura política ganhava cada vez mais espaço (Arruda; Piletti, 1999, p. 439).

No mesmo sentido apontado por Cáceres (1993), Arruda e Piletti (1999) também citam o protagonismo dos movimentos sociais no contexto de abertura, numa narrativa diversa daquela que apresenta os partidos políticos como protagonistas. Nesse sentido, o pêndulo vai de um extremo a outro. Nos moldes das narrativas encontradas nos outros livros didáticos analisados, os autores também descrevem o movimento das *Diretas Já!*, e a mobilização dos partidos políticos e movimentos sociais na luta pela (re)democratização.

No livro de Braick e Mota (2002, p. 519-536), *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, o período ditatorial é trabalhado no capítulo 55 – *Um longo tempo de obscuridade*. Como em outros capítulos, as autoras introduzem os leitores ao tema, apresentando os eventos principais. Contextualizando o golpe estabelecendo um paralelo com a ascensão de ditaduras na América Latina e citando a *Operação Condor*¹⁷. As autoras reforçam o apoio dado pelos setores civis ao golpe, embora continuem utilizando o termo *ditadura militar* para identificar o regime. Essa opção é aparentemente justificada com a passagem da página 521:

Logo após o golpe de 1964, ficou claro que o Brasil entraria em uma *ditadura militar*. Embora o movimento tenha contado com o apoio dos civis, notadamente dos políticos da UDN, os militares não pretendiam entregar o poder a eles, como ocorrera em 1930 e 1945. Desta vez, representantes das Forças Armadas estariam no *controle* direto do aparelho de Estado (Braick; Mota, 2002, p. 521, grifo nosso).

ARTIGO

A informação, destacada no texto, se torna relevante por procurar estabelecer diferenças entre os golpes anteriores (1930 e 1945). E também aponta para a constante presença dos militares nos assuntos políticos brasileiros que tem ponto de partida na Proclamação da República (1889). Esta tendência à participação nas questões políticas foi analisada por Wilma Peres Costa (1996). Em 1964, como apontou Braick e Mota, a decisão dos militares de não entregar o poder aos civis refletiu sua desconfiança quanto ao compromisso dos civis com os objetivos prescritos na Doutrina de Segurança Nacional.

Como se lê na passagem a seguir, ao analisarem a derrubada do governo Goulart, as autoras criticam a designação atribuída pelo governo militar aos acontecimentos de 1964, chamados de *revolução*, na medida em que explicitam as características distintivas do golpe de Estado perpetrado.

Os militares chamaram de Revolução de 1964 o movimento que derrubou o presidente Goulart. Contudo, não se pode dizer que tenha ocorrido uma revolução. Essa palavra tem sido, muitas vezes, *empregada de modo equivocado*. No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: *designa mudanças drásticas e violentas na estrutura socioeconômica e também nas leis*, afastando do poder aqueles que o controlavam. Revolução é o *desencadeamento de ações violentas levadas adiante por setores da sociedade que não pertencem às elites dirigentes ou às classes dominantes* (Braick; Mota, 2002, p. 520, destaque das autoras e grifo nosso).

Essa discussão conceitual é importante pois explicita uma tendência da historiografia oficial e do próprio regime ditatorial de indicar que o Brasil estava sob ameaça comunista, e havia a necessidade, urgente, de fazer o país retomar o caminho daquilo que consideravam como *normalidade política*. Para reforçar sua crítica, Braick e Mota elaboram um texto explicando as diferenças entre os conceitos:

Golpe: Refere-se às mudanças políticas realizadas na base de *violação* da Constituição do país, geralmente de forma violenta, por parte daqueles que irão assumir o poder.

Revolução: É o desencadeamento de ações, na maioria das vezes violentas, por segmentos da sociedade que *não pertencem* às camadas dirigentes ou às elites, e que pretendem realizar profundas mudanças na política, na economia, na estrutura social e nas leis (Braick; Mota, 2002, p. 520, grifo nosso).

O lugar que os indivíduos ocupam na escala social é o principal fator para diferenciar *golpe* de *revolução*. Cabe observar que as autoras percebem o recurso à violência

para a mudança da ordem sociopolítica. E mais, na definição apresentada acima, a diferença também está no alcance das mudanças, ou seja, nos golpes a estrutura social e a ordem econômica permanecem parcialmente inalteradas.

Na entrevista concedida a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (2021), Ernesto Geisel citou a posição dos Estados Unidos em relação ao golpe e ao contexto no qual se desenvolveu. A influência dos eventos na América Latina (Revolução Cubana, 1959) e no Sudeste Asiático (Guerra do Vietnã, 1955-1975) foram decisivos para a ampliação daquilo que classificavam como combate ao comunismo. No Brasil, essa narrativa encontrava eco nas manifestações das *Ligas Camponesas* no Nordeste e nas organizações operárias na região Centro-Sul (D'Araújo; Castro, 2021, p. 150-155).

Em relação à máquina repressiva do Estado, Braick e Mota (2002) desenvolvem uma análise mais ampla do que as que encontramos nos outros livros analisados. Dessa maneira, descrevem detalhadamente as ações dos diferentes aparelhos de repressão. As fontes utilizadas que esmiúçam a repressão político-policial são os depoimentos prestados ao Projeto, depois transformado em livro *Brasil: Nunca Mais* (1985), por Ilda Brandle Siegl e Iná de Souza Medeiros (*apud* Braick; Mota, 2002, p. 526). Na página 525, são citadas organizações do aparato repressivo: Operação Bandeirantes (Oban); Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

O Milagre Econômico brasileiro também seguiu a narrativa dos demais autores, explorando as referências sobre as taxas de crescimento econômico verificadas no período (Braick; Mota, 2002, p. 528). Além disso, empregam o termo, também utilizado pela propaganda do regime, *Brasil Grande*, para ilustrar o período de significativo crescimento econômico, que seria utilizado como justificativa para a manutenção e ampliação do aparato repressivo. Neste ponto, Braick e Mota indicam o que pode ser interpretado duplamente como cumplicidade e ignorância da classe média. O crescimento econômico permitiu que esse estrato social se beneficiasse com o consumo de produtos industrializados e financiamentos imobiliários, benefícios que não chegavam às camadas mais pobres da população. Esse cenário é assim descrito:

O mercado imobiliário também se expandiu, concedendo facilidades à classe média para a aquisição da casa própria; os grandes *shopping centers* cresceram, com abundante oferta de novidades em produtos eletrodomésticos. A criação de um moderno sistema de crédito ao consumidor e a intensa propaganda de produtos e serviços pela televisão contribuíram para a incrementação do mercado interno. Isso *beneficiou principalmente* a classe média, que, bem remunerada e ansiosa para consumir, não atentava para os *desmandos repressivos* do regime (Braick; Mota, 2002, p. 528, grifo nosso).

ARTIGO

O cenário e as causas da crise do milagre não foram abordadas no livro. Entretanto, quando analisamos o fim do regime, devemos levar em consideração uma convergência de fenômenos. O primeiro deles, a crise do milagre econômico brasileiro, colocou em xeque o binômio *segurança – crescimento econômico*, pois a justificativa para a repressão era a atuação dos movimentos de resistência armada ou grupos políticos de oposição, que ao questionar o regime colocavam em risco as possibilidades de crescimento. O segundo, em diálogo com o primeiro, a crescente insatisfação da sociedade civil com as ações político-repressivas do regime, principalmente durante o governo Médici (1969-1974), os *Anos de Chumbo*. Contribuíram também mudanças políticas externas, como a eleição de Jimmy Carter para a presidência dos Estados Unidos e as pressões exercidas sobre os governos militares latino-americanos para que respeitassem os direitos humanos, sob pena de perderem ajuda militar e econômica (Smith, 1996, p. 159-161).

Entretanto, no desenvolvimento da cadeia de acontecimentos as autoras exploram o contexto político, indicado por transformações na ordem interna e os esforços do governo em controlar o processo de abertura política. Na narrativa, percebemos um equilíbrio entre as referências aos elementos positivos e negativos. Os primeiros aparecem em algumas iniciativas no campo da economia, porém afirmando o caráter intervencionista do governo. No campo político, os avanços sofreram com as várias tendências de retrocesso. Neste caso, o exemplo foi o lançamento do *Pacote de Abril* (1977).

O receio de ver um novo triunfo do MDB nas eleições de 1978 levou Geisel a lançar o *pacote de abril*, em 1977. Assim, valendo-se do AI-5, o presidente fechou o Congresso e passou a governar por decreto. Dentre as novas medidas presidenciais, destacaram-se a reforma do sistema judiciário (Emenda Constitucional número 7) e a alteração da legislação eleitoral (Emenda Constitucional número 8), que, entre outras medidas, confirmou a eleição indireta dos governadores estaduais (Braick; Mota, 2002, p. 529).

Os altos e baixos do processo de abertura política e (re)democratização também são analisados no tópico *O verão da abertura: O governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985)*, nas páginas 531 a 532 (Braick; Mota, 2002). O destaque está na reação do setor *linha dura* dos militares que manifestaram, em diversas situações de maneira violenta, sua insatisfação com o processo de (re)democratização. Assim, referências aos atentados à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1980 e ao Riocentro (1981), aparecem no texto¹⁸. Porém, para indicar que os esforços do grupo *Linha Dura* foram em vão¹⁹, Braick e Mota (2002, p. 531) intitulam o subcapítulo com o título: *O terror está chegando ao fim*. Diferentemente dos autores das obras anteriores, as autoras dedicam um espaço maior à resistência ao regime ditatorial a partir da cultura²⁰, incorporando ao capítulo vários textos de apoio (quadro 1) no sentido de

ampliar a percepção dos leitores sobre o período focalizado.

QUADRO 1 — Textos de apoio sobre a Ditadura Militar utilizados por Braick e Mota (1998)

Autores	Título	Página
RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza	<i>Diáspora: os longos caminhos do exílio</i>	519
PILAGALLO, Oscar	<i>Brasil em sobressalto: 80 anos de História contada pela Folha</i>	520, 522 e 525
SOUZA, Herbert	Sem título	520
HOLANDA, Chico Buarque de, e HIME, Francis	<i>Vai passar</i>	521
CAVAGNARI, Geraldo	<i>Militares: confissões</i>	521
BRAICK, Patrícia Ramos	<i>Aula para a Veja na Sala de Aula com base no texto “1968”</i>	524
ALVES, Márcio Moreira	<i>Pronunciamento do deputado em 2 de setembro de 1968</i>	524
ALVES, Márcio Moreira	<i>Pronunciamento do deputado em 3 de setembro de 1968</i>	524
Arquidiocese de São Paulo	<i>Brasil: Nunca mais</i>	526
FAUSTO, Boris	<i>História do Brasil</i> (duas citações na mesma página)	529
HABERT, Nadine	<i>A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira</i>	530
TORTURANUNCAMAI	www.torturanuncamais.org.br	531

Fonte: Baseado em Braick e Mota (2002).

O fim do período ditatorial recebe um tratamento mais detalhado, com a indicação dos diferentes movimentos sociais e partidos políticos que participaram no processo de (re)democratização, destacando-se a campanha das *Diretas Já!*. Neste sentido, buscou-se estabelecer um equilíbrio, ou uma correlação de forças entre os partidos políticos, interessados na transição nos moldes que foram acordados com os militares, e os movimentos sociais, que pressionaram, desde a distensão e abertura política, pela (re)democratização do país. Sobre a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira e o desfecho no Colégio Eleitoral, a análise opta por não direcionar a abordagem, ou seja, deixa a cargo dos docentes a forma como o tema deverá ser tratado em sala de aula. Assim:

O movimento consistia em reivindicar a aprovação de um projeto de lei de



autoria do deputado federal Dante de Oliveira [PMDB-MT], que preconizava a realização de eleições diretas e livres para a Presidência da República em 1985. [...] Assim, pela primeira vez desde o Golpe de 64, a disputa se deu entre dois civis: de um lado, apoiado pelo PDS [Partido Democrático Social] e pelo regime militar, estava o empresário e deputado federal Paulo Maluf, ex-prefeito e ex-governador biônico do Estado de São Paulo; do outro lado, estava o mineiro Tancredo Neves (1910-1985), candidato da Aliança Democrática, bloco que reunia os partidos de oposição (exceto o PDT [Partido Democrático Trabalhista], que no entanto votou em Tancredo, e o PT [Partido dos Trabalhadores], que se *negou a ser conivente* com um pleito realizado em Colégio Eleitoral) e também a Frente Liberal, que congregava os dissidentes do PDS (Braick; Mota, 2002, p. 532, grifo nosso).

As autoras abordaram o processo eleitoral descrevendo a disputa política, reforçando o fato que os dois candidatos eram civis (Tancredo e Maluf) e a composição que os apoiava. Expuseram, brevemente, o cenário político caracterizado pela não participação do PDT, partido de Leonel Brizola, na Aliança Democrática e a recusa do PT, decisão muito criticada na época, de não participar do Colégio Eleitoral, ao afirmar que a transição política atenderia aos interesses dos grupos políticos que participaram ativamente do regime ditatorial. Importante a abordagem feita por Braick e Mota, pois problematiza a transição política para a democracia. A passagem é antecedida pela narrativa sobre a campanha pelas *Diretas Já*, e a desilusão causada por sua não aprovação no Congresso Nacional, em abril de 1984²¹.

A título de uma breve síntese, os indícios sobre o contexto de produção aparecem nas narrativas, com a inclusão e exclusão de certas abordagens. Nos livros de Cáceres (1993) e Arruda e Piletti (1999), o tema cultura não é explorado, mas o é no livro de Braick e Mota (2002). Isso é indicativo da mudança do referencial teórico-metodológico. Porém, não significou a introdução dos estudos culturais no livro, porque neste caso, a abordagem privilegiaria aspectos conectados à *micro-história francesa*. Em relação ao jogo de escalas, as aproximações permitiram compreender como os livros foram concebidos. No nível mais próximo de análise, o posicionamento dos autores torna-se claro, existindo distanciamentos na medida que o tema se torna mais distante historicamente. Quando nos afastamos do objeto, e inserimos numa perspectiva mais ampla, as mudanças legislativas e contextos sociopolíticos se tornam mais explícitos. As prescrições da LDB 9.394/1996, sobre a construção da cidadania, a ênfase no papel dos movimentos sociais na mudança política do país.

Considerações Finais

A leitura dos três livros didáticos a partir das interrogações nos permitiram produzir





algumas considerações, ainda que provisórias: a) a abordagem desenvolvida pelos autores é caracterizada pela crítica ao modelo político implementado a partir do golpe de Estado de 1964, visto que todos eles consideram, embora sem utilizar explicitamente o termo, que houve uma ruptura da ordem político-institucional, quando a conspiração de militares e civis depôs um presidente legitimado pela Constituição; b) ênfase no contexto de repressão político-policial que suprimiu as liberdades individuais e civis. Essa opção está relacionada ao objetivo de tornar o estudante mais consciente em relação às diferenças entre regimes democráticos e autoritários, pois o contexto de publicação dos três livros é de consolidação das liberdades democráticas e transformações no campo educacional, com a introdução da nova LDB 9.394/1996, que propôs uma mudança na narrativa histórica com a inclusão de outros atores históricos e; c) os três livros utilizam o termo *ditadura militar* para identificar o período. Esta observação se fez necessária, pois pesquisas mais recentes sobre o período utilizam *ditadura civil-militar*, para indicar a participação dos civis no regime, mesmo que não ocupando a presidência da República, porém, participando de várias instâncias governamentais e também nos aparatos de repressão.

A denominação anterior, ou seja, *ditadura militar* tinha por objetivo retirar a responsabilidade dos civis na organização do golpe e funcionamento do regime. A participação de instituições da sociedade civil como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e grupos de mídia a ela associadas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) representando a ala mais conservadora da Igreja católica e entidades empresariais, além de *think tanks* civis (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, IPES; e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD), demonstram o amplo apoio recebido pelos militares. As políticas econômicas adotadas pelos militares – o arrocho salarial e o protecionismo econômico – beneficiaram grupos empresariais, além do financiamento da repressão, cujo caso mais notório é do Grupo Ultra, de Henning Albert Boilesen²².

O contexto de produção também aparece na estrutura narrativa dos livros. Observamos que quanto mais distante do período estudado, neste caso, o período ditatorial, a narrativa assume um relativo distanciamento das questões subjetivas, ou seja, o livro de Cáceres (1993), é mais enfático nas críticas, ao assumir uma posição de contraposição àquele momento histórico. Já a obra de Braick e Mota (2002) ocupa-se de uma abordagem mais descritiva, embora isso não signifique uma posição de neutralidade de tintas positivistas. Um exemplo desse distanciamento de quaisquer abordagens “neutras” no livro de Braick e Mota, aparece nas referências à resistência ao regime, por parte de grupos políticos, estudantes, artistas e intelectuais, como também referências aos desaparecidos políticos, citando o Projeto *Brasil: Nunca Mais*.

Nas três obras, os autores analisados concordam no protagonismo dos movimentos sociais no processo de abertura política e (re)democratização. A obra que buscou um



maior equilíbrio das forças sociopolíticas foi a de Braick e Mota, que detalharam, inclusive, os arranjos e acordos políticos que culminaram na eleição da chapa Tancredo Neves e José Sarney.

Assim, observamos que as obras refletem as mudanças ocorridas a partir da (re) democratização e das mudanças verificadas no campo da educação, como também propõem uma abordagem crítica ao tema e procuraram aproximar os estudantes do período ditatorial. Entretanto, deve-se levar em consideração que a forma como o tema é tratado depende da subjetividade dos atores educacionais envolvidos. Em parte, principalmente nas duas últimas obras (Arruda; Piletti, 1999; Braick; Mota, 2002), a formação universitária dos professores aponta para uma historiografia mais crítica, o que também se evidencia na narrativa dos livros didáticos.

Referências

- ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, História e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 487-516, 2011.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4, p. 13-42.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Ed. UFSM, 2021.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERRANTE, Vera Lúcia B. *FGTS: ideologia e repressão*. São Paulo: Ática, 1978.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política em sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1975.

LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: a trajetória de uma exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra e KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-34.

MARTINS, Luciano. A liberalização do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe; WHITEHEAD, Laurence (org.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 108-139.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 179-197, set./dez. 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 89-114, out./dez. 1991.

REIS, José Carlos. *A história: entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso

alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7–16, jul./dez. 2006.

SANTOS, Theotônio dos. A estrutura da dependência. *Revista Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Fábio Alexandre. *Concepções de ditadura em livros didáticos de história: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020)*. 2024. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

SMITH, Peter H. *Talons of the eagle: dynamics of U.S. – Latin American relations*. New York: Oxford University Press, 1996.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set. 1993. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

Notas

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e pesquisadora associada do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).

²Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador associado do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).

³Segundo Munakata (2012), entre 1970 e 1980, as pesquisas sobre livros didáticos não chegavam a 50, “Destes, uma parcela significativa destinava-se a condenar a ideologia (burguesa) subjacente aos livros utilizados na escola” (Munakata, 2012, p. 181). Ainda de acordo com o autor houve um incremento nas pesquisas que avançaram de 22 títulos entre 1993 e 1995, para 46 no ano 2000. Esse aumento pode ser explicado pela convergência da aprovação da LDB 9.394/1996 e do Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) que tornou a escolha responsabilidade dos professores e alvo de disputas das editoras.

⁴O artigo de Jörn Rüsen, *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*, critica a postura hermética adotada e as dificuldades resultantes no processo de construção de uma memória histórica. É possível estabelecer algumas aproximações entre os passados alemão e brasileiro, pois os dois países tiveram experiências autoritárias responsáveis

por moldar a percepção das pessoas em relação ao passado. Neste sentido, Rüsen joga luz sobre o problema ao afirmar: “Direta ou indiretamente, os estudos históricos reagem à consciência e prática social do momento” (Rüsen, 2006, p. 11).

⁵A constituição da memória histórica é, para Rüsen (2006), um dupla operação. Na primeira parte, contribui para permitir que os indivíduos compreendam seu lugar no tempo, ou seja, a percepção de um *passado, presente e futuro*. Após essa compreensão, desenvolve-se a consciência histórica, para manter sua conexão com o passado e interpretá-lo historicamente. Neste caso, tanto o nazismo, tema que perpassa a preocupação de Rüsen com a história, e a ditadura civil-militar brasileira, são abordados como fenômenos históricos constitutivos não somente da memória histórica, como também, fatores para o desenvolvimento de um posicionamento político.

⁶Sobre os conceitos de *mentalidades e representações*, cf.: (Burke, 2002; Spink, 1993; Vainfas, 1997).

⁷Historiador e pesquisador. Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutor em História Moderna.

⁸Graduado em Filosofia, Jornalismo e Pedagogia. Mestre, doutor e livre-docente em Educação pela Universidade de São Paulo.

⁹Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

¹⁰Mestre em Relações Internacionais pela Ohio University (Estados Unidos), especialista em Culturas Políticas, na área de História.

¹¹Sobre a Teoria da Dependência, consultar (Santos, 2011).

¹²Em relação a Florival Caceres, não encontramos nenhuma informação adicional além de ser identificado como historiador e autor de livros de História do Brasil, História Geral e História da América.

¹³Na descrição de técnicas de tortura, aparecem termos que muitos docentes talvez desconheçam como, por exemplo, “cadeira do dragão” e “telefone”, utilizados contra os opositores ao regime.

¹⁴A inflação nos anos 1980 (a década perdida) chegou a 2.000% ao ano. No início da década de 1990, a taxa ficou em 2.400% (Pereira; Nakano, 1991).

¹⁵A LDB 9.394/1996 modificou alguns conteúdos presentes na Lei 5.692/1971, que representou as ideias dos militares para a educação, com a instituição de disciplinas obrigatórias – *Educação Moral e Cívica* e *Ordem Social e Política do Brasil* – e a preparação para o mercado de trabalho, que permaneceu no texto da Lei de 1996.

¹⁶Sobre a instrumentalização do ensino de história e seus conteúdos, cf.: (Bittencourt, 2018, p. 142). Sobre fracasso escolar e reformulação do currículo de História, cf.: (Schmidt, 2012, p. 87).

¹⁷A *Operação Condor* foi uma ação de troca de informações e repressão aos opositores dos regimes autoritários nos países do Cone Sul.

¹⁸O atentado à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio de Janeiro, em 27 de

ARTIGO

agosto de 1980, vitimou a secretária Lyda Monteiro da Silva. No dia 30 de abril de 1981, outra bomba explodiu no Riocentro, durante show comemorativo do dia do trabalhador. A bomba foi acionada enquanto o sargento Guilherme Rosário preparava para colocá-la junto a unidade de força do espaço. Esse atentado escancarou a resistência de setores das Forças Armadas insatisfeitas com o processo de abertura política. Cf.: (Schwarcz; Starling, 2015).

¹⁹Sobre o grupo *Linha Dura* cf.: Borges (2007).

²⁰A cultura como instrumento de resistência é citada nas páginas, 520, *box* na página 521, e 533. Não encontramos, na leitura do livro de Arruda e Piletti (1999), nenhuma referência à cultura e ao cenário de resistência contra o regime ditatorial. Os autores optaram por enfatizar a participação dos movimentos sociais e do movimento operário.

²¹“A derrota da Emenda Dante de Oliveira frustrou a população num dia de *black out* nas principais cidades do país. Extrema coincidência ou não, as luzes se apagaram no Rio, em São Paulo, em Brasília... No dia seguinte, as pessoas saíram às ruas portando tarjas amarelas e pretas, num sinal de luto pela morte de mais um sonho de liberdade” (Braick; Mota, 2002, p. 532).

²²Sobre a participação dos civis nos governos militares conferir: (Dreifuss, 1987; Silva, 2024).

